

**Aula 00 - Prof.  
Alexandre Violato**

*ISS-BH (Agente Fazendário) Passo  
Estratégico de Contabilidade Pública +  
Legislação Contábil (Pós-Edital)*

Autor:  
**Alexandre Violato Peyerl, Thaís de  
Cássia Rumstain**

13 de Fevereiro de 2024

# Índice

1) Apresentação .....	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Consulpam .....	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão .....	7
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica .....	19
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas Consulpam .....	20
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão .....	39
7) Noções Gerais - Lista de Questões Consulpam .....	44
8) Noções Gerais - Gabarito Consulpam .....	53
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas .....	54



## APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



## O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

### Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



**@passoestrategico**

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



# CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

TÓPICO	% DE COBRANÇA	AULA(S)
Despesa Pública	33,33%	Aulas 4 a 6
Receita Pública	24,24%	Aulas 1 e 2
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	18,18%	Aula 12
<b>Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência</b>	<b>9,09%</b>	<b>Aula 0</b>
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	9,09%	Aulas 8 a 10
Introdução DCASP e Balanço Orçamentário	3,03%	Aula 13
Balanço Patrimonial	3,03%	Aula 15

Para os demais tópicos do curso não encontramos questões da banca dentro do período selecionado, motivo pelo qual não constam na análise acima. Há uma quantidade pequena de questões da Consulpam em nossa disciplina, e várias delas já estão desatualizadas, motivo pelo qual traremos várias questões de outras organizadoras em nossas aulas.



## O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Orçamentário x Patrimonial	67,00
Conceitos, objeto, objetivos e campo de aplicação	33,00



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

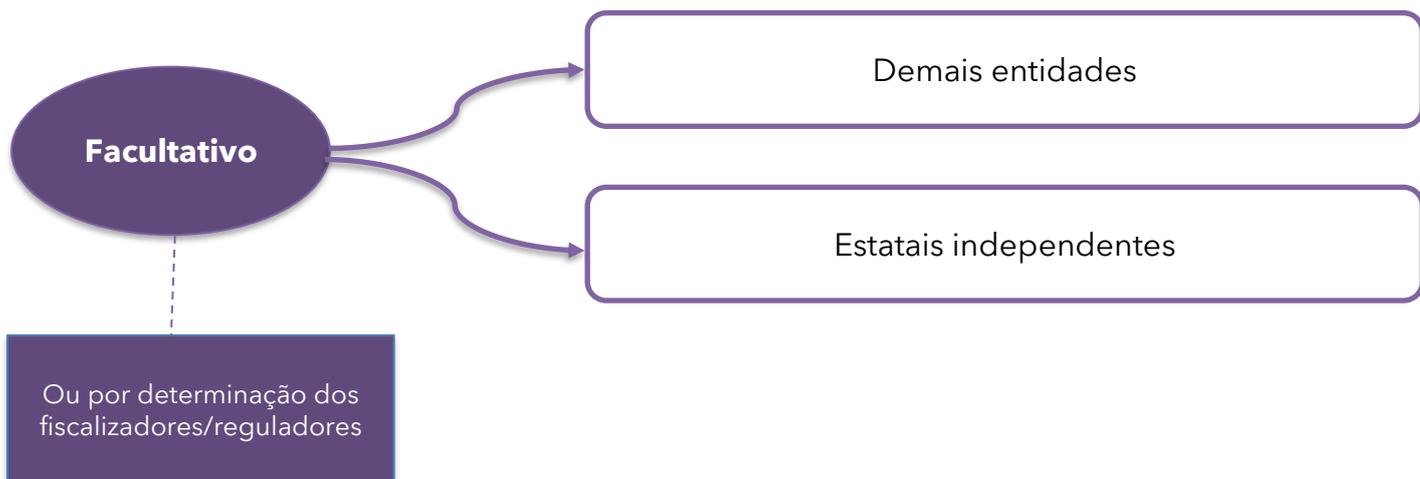
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

**Conceito de contabilidade aplicada ao setor público**<sup>1</sup>: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



<sup>1</sup> Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

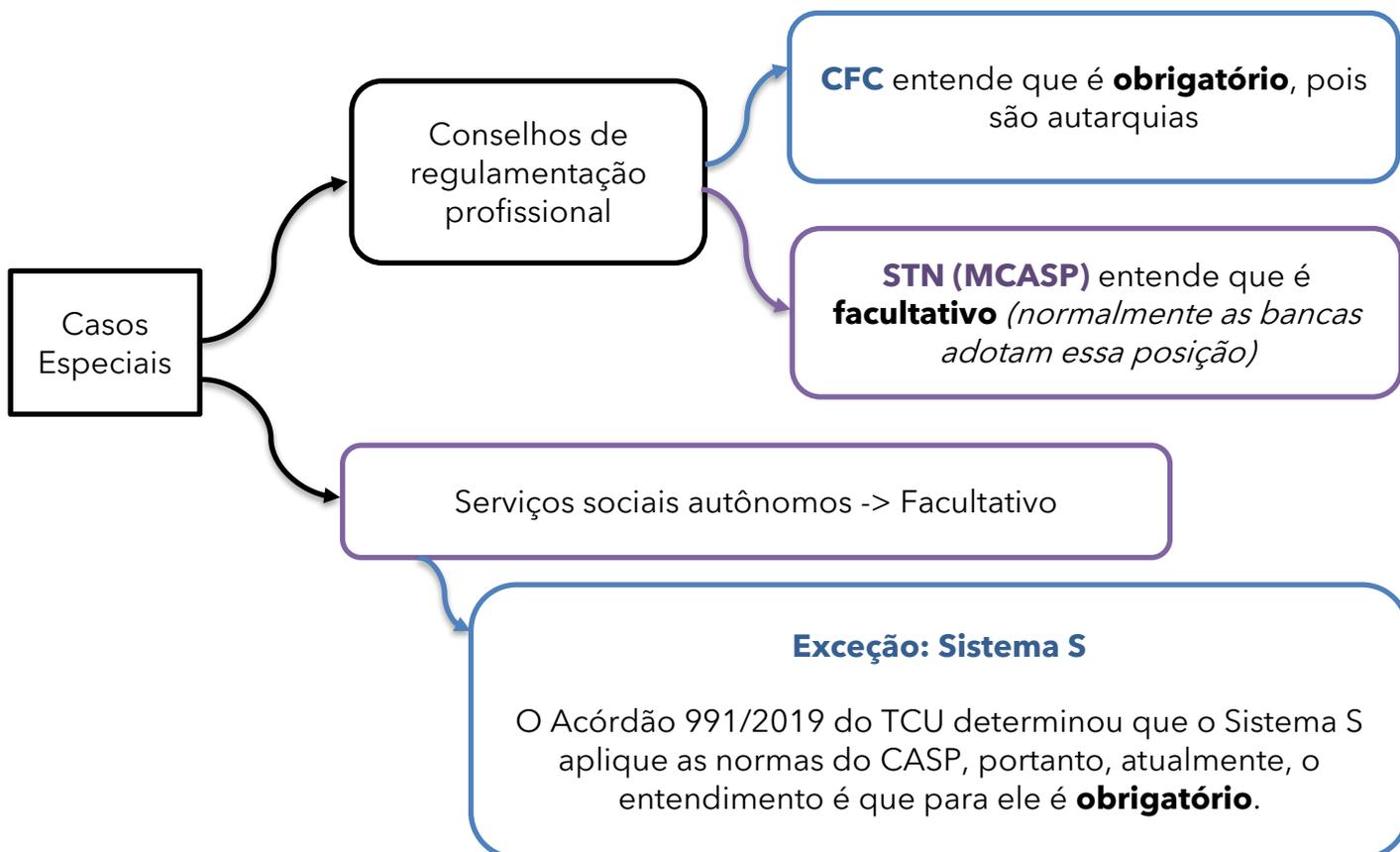
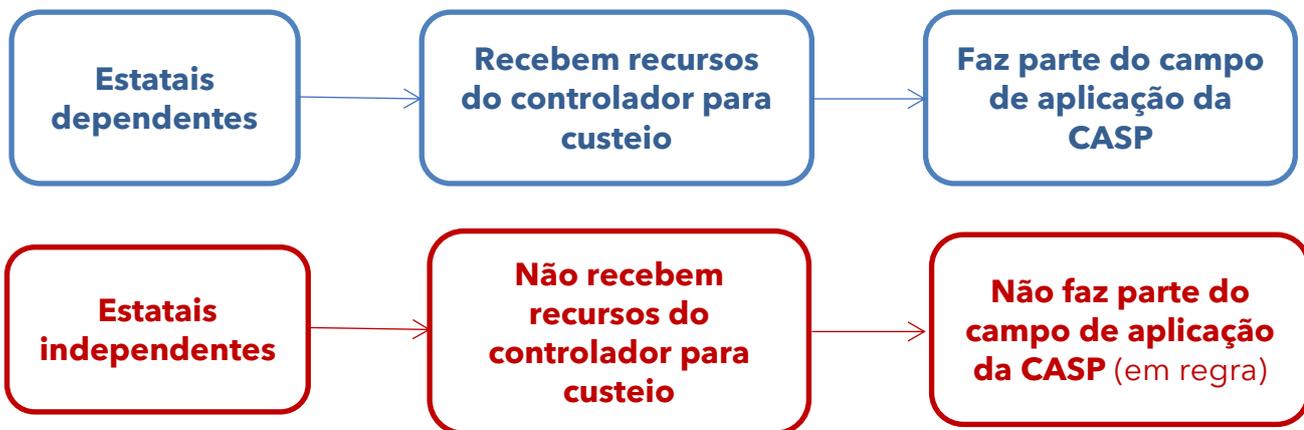
1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).





**Patrimônio Público:** conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

### **Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)**

- **Fornecer informações** sobre:
  - Resultados alcançados
  - Aspectos de natureza:
    - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
    - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
    - Econômica - relacionados aos resultados.
    - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
  - Tomada de decisão
  - Prestação de contas
  - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

### **Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.**

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
  - Processos decisórios
  - Prestação de contas
  - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



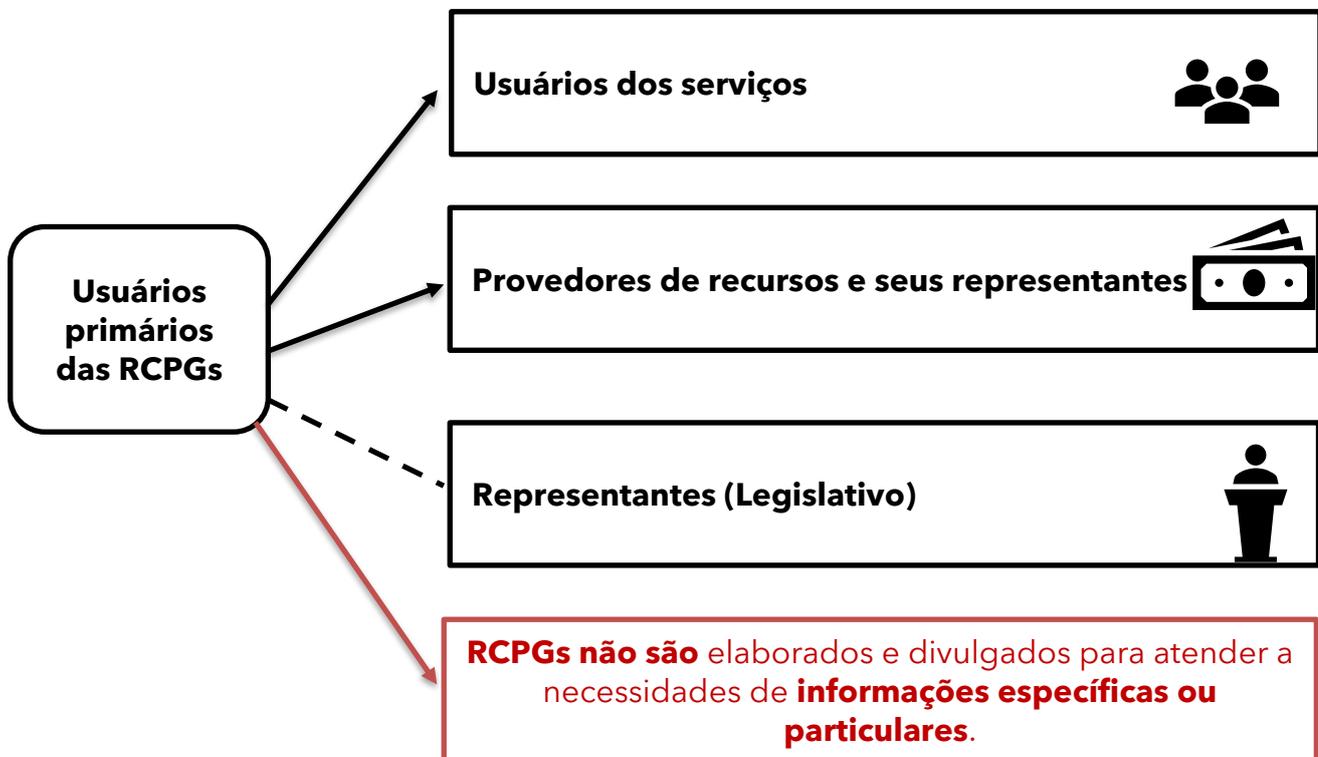
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

## Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
  - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
  - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
  - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
  - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
  - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
  - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
  - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

## **Características qualitativas da informação contábil**

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
  - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
  - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
  - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
  - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
  - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
  - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
  - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
  - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
  - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
  - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
  - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
  - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
  - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

### Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

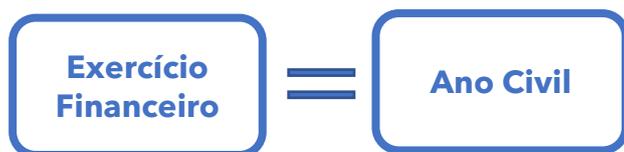
- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

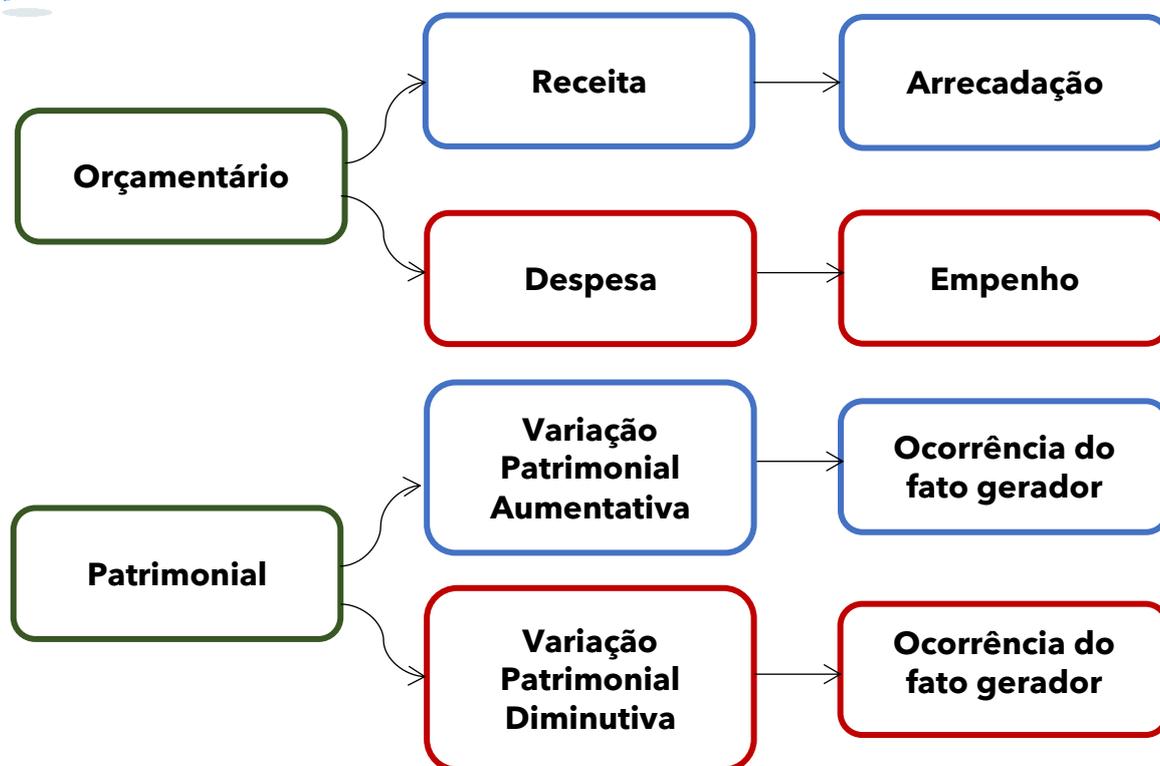
II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



### ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

## Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

**Entidade** - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

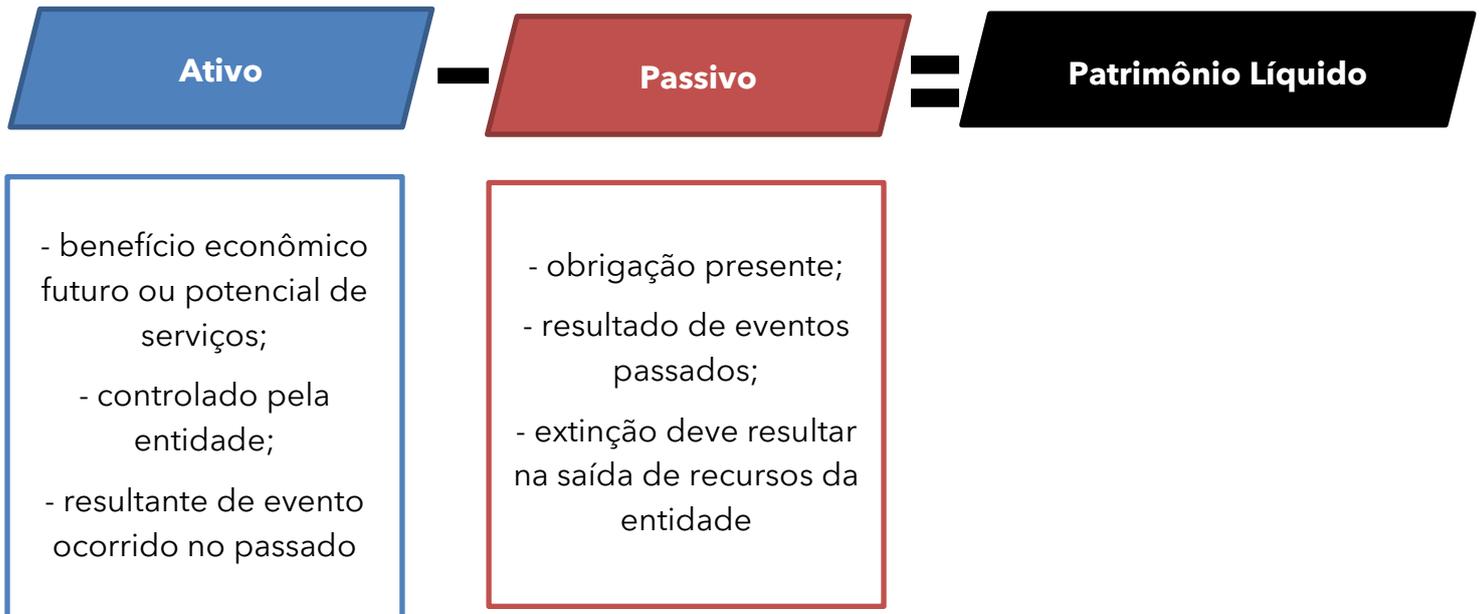
**Oportunidade** - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

**Competência** - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



## APOSTA ESTRATÉGICA

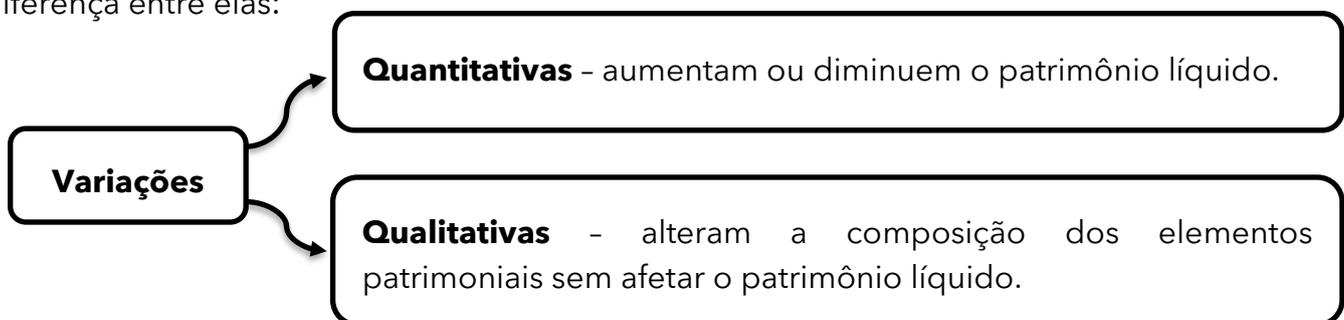
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



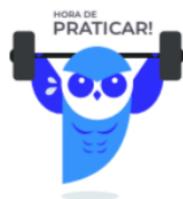
No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

### 1. (Consulpam/2015/CRESS PB/Contador)

A Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública, bem como do patrimônio público e suas variações. Portanto, seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000), a Contabilidade Pública alçou uma maior importância e valorização. Em relação à Contabilidade Pública, analise os itens a seguir:

I. A Contabilidade Pública é regulada pela Lei 4.320/1964, que é a Lei das Finanças Públicas.

II. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF deu forma ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, definiu o que compõe o relatório e como se publica essa informação.

III. A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na administração pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei 6.404/76), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios da Contabilidade.



IV. O objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões dos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições.

Analisando os itens acima, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Todos os itens estão corretos.

### Comentários

A questão extrapola um pouco o que estudamos na aula, de qualquer forma, vamos analisar os itens:

I. Certo, de acordo com a banca, mas controverso. De fato, a Contabilidade Pública é regulada pela Lei nº 4.320/1964, mas esta não é conhecida como a Lei das Finanças Públicas, mas sim a Lei que institui as normas de Direito Financeiro. De qualquer forma, a banca considerou o item como correto, tendo em vista que a Lei nº 4.320/64 traz normas sobre finanças públicas.

II. Certo. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF:

#### Seção III

##### Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;



c) despesas, por função e subfunção.

III. Errado. A Lei 6.404/76 é a Lei das Sociedades por Ações. É a Lei nº 4.320/64 que traz normas sobre Direito Financeiro.

IV. Certo. Trata-se do objetivo que constava na antiga NBC T 16.1:

4. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Estando incorreto somente o item III, o gabarito é a letra C.

**Gabarito: C**

## 2. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às

- a) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.
- b) empresas estatais não dependentes.
- c) empresas de economia mista.
- d) autarquias estaduais.
- e) organizações sociais de saúde.

### Comentários

Letra A - Errada. Aplica-se obrigatoriamente às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Letra B - Errada. Aplica-se facultativamente às estatais não dependentes.

Letra C - Errada. Aplica-se obrigatoriamente apenas se for dependente.

Letra D - Certa. As autarquias são entidades da administração indireta, dependentes de recursos públicos e devem aplicar obrigatoriamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Letra E - Errada. As organizações sociais de saúde não estão entre as entidades obrigadas a aplicar as normas da CASP.

**Gabarito: D**



### 3. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo "NBC", dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo "T", e profissionais, que recebem o primeiro sufixo "P".

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.
- d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).
- e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

#### Comentários

As Normas Brasileiras de Contabilidade se dividem em profissionais e técnicas. Dentre as normas técnicas, estão as NBC TSP, as quais são aplicáveis ao setor público. Vamos aos itens.

Letra A - Errada. SP é de setor público, não de São Paulo. As NBC TSP são aplicáveis em todo o território nacional.

Letra B - Errada. A Estrutura Conceitual faz menção ao orçamento, afirmando sua importância para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas, bem como para o processo de realização do gasto público, além de facilitar aos usuários a análise quanto ao desempenho das entidades do setor público.

Letra C - Certa. A assertiva toma como base para sua afirmação o seguinte trecho da NBC TSP Estrutura Conceitual:

*"20A. Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações."*

Letra D - Errada. A atual Estrutura Conceitual já faz parte do processo de convergência.

Letra E - Errada. As NBC TSP estão em processo de convergência às normas internacionais.

#### Gabarito: C



#### 4. (FCC/2019/TJ MA/Técnico em Contabilidade)

Os Relatórios de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), conforme a Estrutura Conceitual Básica, possibilita aos usuários avaliar

- a) a análise do patrimônio líquido econômico.
- b) a eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- c) o retorno financeiro dos investidores.
- d) o superávit financeiro da entidade.
- e) o valor adicionado gerado pela sociedade.

#### Comentários

A essência dos RCPGs é transmitir informações que permitam aos usuários avaliar a gestão dos recursos públicos. Portanto, a alternativa correta é a letra B, pois permitem aos usuários avaliar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados.

*"2.15 A informação sobre o desempenho do governo ou de outra entidade do setor público orienta as avaliações de questões, como, por exemplo, **se a entidade adquiriu recursos com economicidade e os utilizou com eficácia e eficiência para atingir os seus objetivos de prestação de serviços**. A informação sobre os custos da prestação de serviços e os montantes e fontes de recuperação desses custos durante o exercício irá auxiliar os usuários a determinar se os custos operacionais foram recuperados a partir de, por exemplo, tributos, cobranças aos usuários, contribuições e transferências, ou se foram financiados pelo aumento do nível de endividamento da entidade."*

#### Gabarito: B

---

#### 5. (FCC/2018/SEGEP MA/Contador)

Em relação às características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil, considere:

- I. Ser uma pessoa jurídica de direito privado de forma que possa captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações e realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços.
- II. Ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- III. Existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- IV. Integrar o orçamento de investimentos na qualidade de empresa estatal não dependente nos últimos três exercícios financeiros.



De acordo com a NBC TSP (Estrutura Conceitual), são características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

### Comentários

Questão retirada da literalidade da NBC TSP EC.

"4.3 As características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil são:

(a) ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela; e **(Item II)**

(b) existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. **(Item III)**"

I - Errada. Ser uma pessoa jurídica de direito privado não é uma característica-chave de uma entidade do setor público.

IV - Errada. Fazem parte do campo obrigatório somente as estatais dependentes, as quais utilizam recursos dos orçamentos fiscal e de seguridade social.

Como os itens corretos são o II e o III, o gabarito é a letra C.

### Gabarito: C

## 6. (FCC/2017/DPE RS/Analista - Contabilidade)

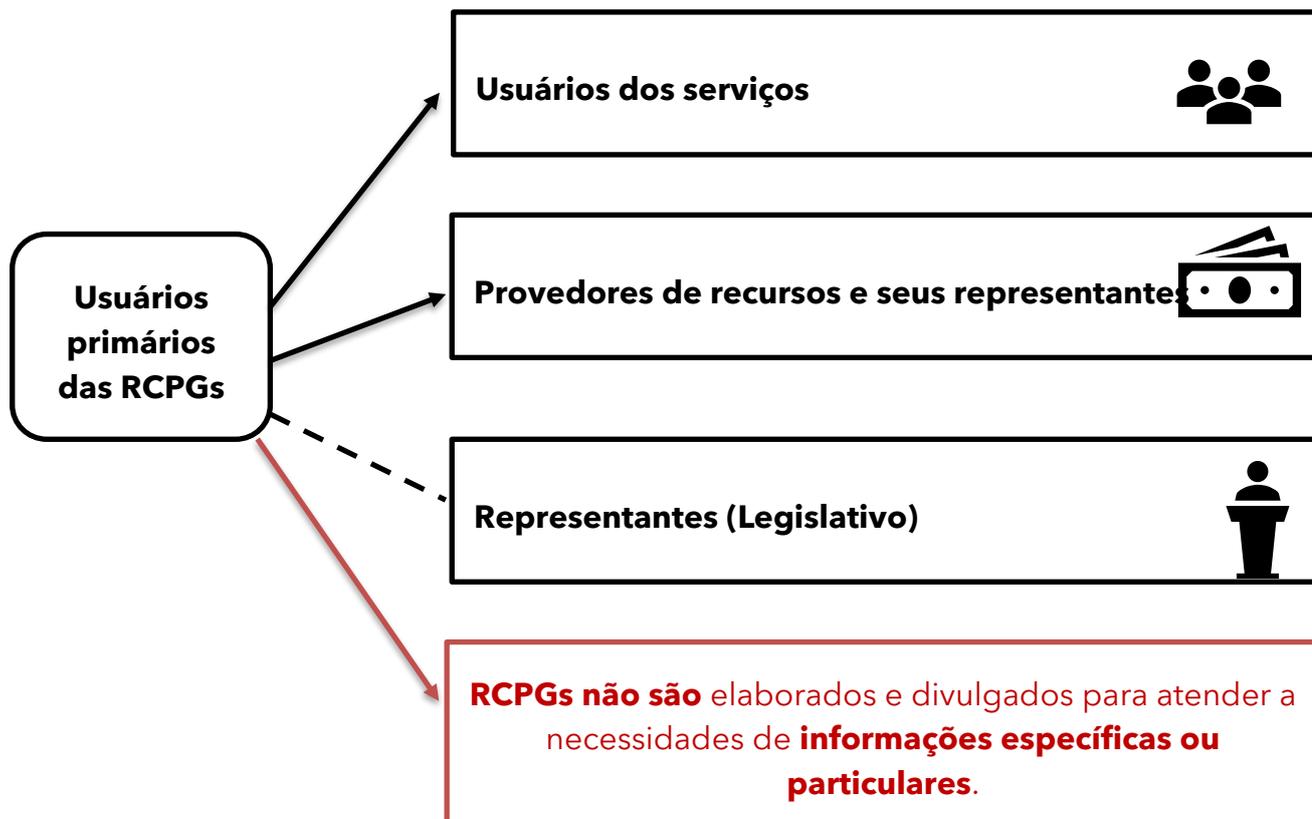
De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- a) as agências de classificação de risco.
- b) as agências reguladoras e supervisoras.
- c) as entidades emprestadoras de recursos e de fomento.
- d) as entidades de auditoria.
- e) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos



## Comentários

Lembre-se do esquema que fizemos no roteiro de revisão...



Com ele, chegamos à letra E como gabarito.

**Gabarito: E**

### 7. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade

- a) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.
- b) é sinônimo de consistência.
- c) é sinônimo de uniformidade.
- d) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- e) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.



## Comentários

Letra A - Errada. É o contrário. A comparabilidade é a característica da informação que permite identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.

Letra B - Errada. A comparabilidade difere da consistência. A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

Letra C - Errada. Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade.

Letra D - Certa. Trata-se do exato conceito da característica da comparabilidade.

Letra E - Errada. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.

## Gabarito: D

---

### 8. (FCC/2017/TRE PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

## Comentários

As restrições inerentes à informação são: materialidade; custo-benefício; alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

As alternativas A, D e E trazem características qualitativas.

## Gabarito: C

---

### 9. (FGV/2021/SEFAZ ES/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- a) As entidades de auditoria pública.
- b) As agências reguladoras e supervisoras.



- c) Os órgãos centrais de orçamento e controle.
- d) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- e) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.

## Comentários

O esquema que trouxemos no roteiro de revisão pode lhe ajudar a identificar a alternativa correta, mas, novamente, vamos aproveitar a questão para ver a literalidade da norma, tendo em vista que a FGV gosta de cobrá-la:

### **Usuários dos RCPGs**

2.3 Governos e outras entidades do setor público obtêm recursos dos contribuintes, doadores, credores por empréstimos e de outros provedores de recursos para serem utilizados na prestação de serviços aos cidadãos e aos outros usuários. Essas entidades são responsáveis pela gestão e utilização dos recursos perante os usuários desses serviços. Aqueles que proveem os recursos também requerem informações que sirvam de base para a tomada de decisão.

2.4 Consequentemente, os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos usuários dos serviços e dos provedores de recursos, quando estes não detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas. Os membros do poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs e utilizam extensiva e continuamente esses relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos. Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).

2.5 **Os cidadãos recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim. Assim, eles são usuários primários dos RCPGs.** Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como, por exemplo: indivíduos que pagam tributos e recebem benefícios e não são considerados cidadãos; agências bilaterais ou multilaterais; provedores de recursos e corporações que realizam transações com o governo; bem como aqueles que financiam e/ou se beneficiam dos serviços fornecidos por organizações governamentais internacionais. Na maioria dos casos, os governos que proveem recursos para as organizações governamentais internacionais são dependentes dos RCPGs daquelas organizações para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.



Chegamos então à alternativa E como gabarito da questão, tendo em vista que os cidadãos que recebem serviços de entidades do setor público são usuários primários dos relatórios contábeis de propósito geral.

**Gabarito: E**

---

### 10.(Cebraspe/2022/DPE RO/Técnico em Contabilidade)

De acordo com a NBC TSP - Estrutura Conceitual, a neutralidade da informação contábil é uma condição que diz respeito à característica qualitativa da informação contábil denominada

- a) materialidade.
- b) consistência.
- c) representação fidedigna.
- d) compreensibilidade.
- e) relevância.

#### Comentários

De acordo com a característica qualitativa da representação fidedigna, a informação deve ser completa, **neutra** e livre de erro material, portanto, a alternativa correta é a letra C.

Dentre as demais alternativas, as letras D e E também trazem características qualitativas.

A compreensibilidade permite que os usuários compreendam o seu significado, sendo aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

A relevância é a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

A materialidade, por sua vez, é uma restrição inerente à informação, sendo que a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Por fim, a consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. Não é uma característica qualitativa, mas ajuda a atingir a característica da comparabilidade.

**Gabarito: C**

---



## Regime Orçamentário X Regime Patrimonial

### 11.(Consulpam/2019/Prefeitura de Viana/Contador)

Sobre receita orçamentária, assinale a opção CORRETA:

- a) Pelo enfoque orçamentário, a receita orçamentária deve ser reconhecida pelo regime de caixa.
- b) Pelo enfoque patrimonial, a receita orçamentária deve ser registrada pelo regime de caixa.
- c) O tratamento da receita orçamentária e da despesa orçamentária devem ser reconhecidos pelo regime de competência.
- d) Pelo enfoque orçamentário, a receita orçamentária deve ser reconhecida pelo regime de competência.

#### Comentários

A - Certa. Pelo enfoque orçamentário, a receita deve ser reconhecida no momento da arrecadação, portanto, pelo regime de caixa.

B - Errada. Pelo enfoque patrimonial, a receita orçamentária deve ser registrada pelo regime de competência.

C - Errada. No enfoque orçamentário, a receita é reconhecida na arrecadação (regime de caixa) e a despesa é reconhecida no empenho (regime de competência).

D - Errada. Pelo enfoque orçamentário, a receita orçamentária deve ser reconhecida pelo regime de caixa.

#### Gabarito: A

### 12.(Consulpam/2015/SERCOMTEL/Contador)

Em se tratando das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor público, analise os seguintes itens sobre as principais mudanças e impactos trazidos com suas aplicações:

- I. Implantação da contabilização da receita por ingresso no Caixa, ou seja, só é contabilizado o que realmente entra nos erários.
- II. Implantação da contabilização da receita por competência. Surge a receita patrimonial, ou receita contábil. A receita orçamentária continua seguindo o regime de caixa na contabilidade aplicada ao setor público, mas a contabilidade deverá reconhecer a receita já no momento da ocorrência do seu fato gerador.
- III. Implantação efetiva de uma contabilidade de custos - a Lei de Responsabilidade Fiscal já determinava a implantação de uma contabilidade de custos, mas faltava dizer como fazer.



IV. Implantação da Reavaliação periódica dos ativos.

Em relação aos itens acima é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.

### Comentários

I. Errada. Quando a alternativa fala em “contabilização”, ela está tratando do enfoque patrimonial, sob o qual a receita é contabilizada pelo regime de competência.

II. Certa. A contabilização da receita é por competência sob o enfoque patrimonial, ao passo que sob o enfoque orçamentário a receita continua seguindo o regime de caixa, sendo reconhecida no momento da arrecadação.

III. Certa. Primeiramente, a determinação da LRF:

Art. 50. § 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A implementação é regulada pela NBC T 16.11, que será revogada em 01/01/2024, conforme dispõe a NBC TSP 34, que passa a dispor sobre os custos no setor público.

IV. Certa. Há várias normas de Contabilidade Pública atualmente prevendo a reavaliação dos ativos. No caso dos ativos imobilizados, por exemplo, a NBC TSP 07 prevê que após o reconhecimento os ativos podem ser mensurados pelo modelo de custo ou pelo modelo de reavaliação.

#### Modelo do custo

43. Após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado deve ser apresentado pelo custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### Modelo da reavaliação

44. Após o reconhecimento como ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu **valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes**. A reavaliação deve ser realizada com suficiente regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria determinado, utilizando-se seu valor justo na data das demonstrações contábeis. O tratamento contábil para a reavaliação é estabelecido nos itens 54 a 56



Estando incorreta somente o item I, a alternativa correta é a letra A.

**Gabarito: A**

---

### 13.(FGV/2021/TCE-AM/Auditor Técnico de Controle Externo)

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

#### Comentários

A - Errada. As despesas que não cumpriram os estágios podem ser canceladas ou inscritas em restos a pagar.

B - Errada. O empenho independe da ocorrência do fato gerador.

C - Certa. Lembre-se do artigo 35 da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:*

*I - as **receitas nêle arrecadadas**;*

*II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."*

Portanto, o reconhecimento das receitas é mais restritivo do que o das despesas, tendo em vista que as receitas demandam o recebimento do caixa, ao passo que para as despesas basta o empenho.

D - Errada. Conforme o artigo 35, as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

E - Errada. Se as receitas lançadas não forem arrecadadas dentro do prazo, serão inscritas como Dívida Ativa.

**Gabarito: C**

---



#### 14.(FGV/2017/IBGE/Analista - Orçamento e Finanças)

As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

#### Comentários

De acordo com o que vimos no roteiro de revisão, em que momento é reconhecida a despesa orçamentária?

No momento do empenho, portanto, a despesa orçamentária executada no período corresponde às despesas empenhadas, ou seja, R\$ 24.487.589,00, conforme afirma a alternativa C.

#### Gabarito: C

#### 15.(FGV/2016/Prefeitura de Cuiabá/Auditor Fiscal)

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita Arrecadada .....	R\$ 12.000,00
Receita Prevista .....	R\$ 14.000,00
Despesa Fixada .....	R\$ 8.500,00
Despesa Empenhada .....	R\$ 8.000,00
Despesa Paga .....	R\$ 5.000,00



Despesa Liquidada..... R\$ 7.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- a) R\$ 4.000,00.
- b) R\$ 4.500,00.
- c) R\$ 5.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.
- e) R\$ 6.500,00.

### Comentários

De acordo com o artigo 35 da Lei nº 4.320/64, sob o aspecto orçamentário, as receitas são reconhecidas no momento da arrecadação e as despesas no momento do empenho. De acordo com os dados trazidos no enunciado, utilizaremos os seguintes valores:

Receita arrecadada = R\$ 12.000,00

Despesa empenhada = R\$ 8.000,00

Resultado da execução orçamentária =  $12.000 - 8.000 = 4.000,00$

### Gabarito: A

---

## 16.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Acerca da relação entre passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), é correto afirmar que o registro da obrigação patrimonial deve ocorrer

- a) antes da execução orçamentária.
- b) concomitantemente com a execução orçamentária.
- c) depois da execução orçamentária.
- d) independentemente da execução orçamentária.
- e) depois da prestação de contas da execução orçamentária.

### Comentários

Como vimos no roteiro de revisão, o lançamento patrimonial ocorre de forma independente da execução orçamentária, sendo a letra D o gabarito da questão.

Por exemplo, no caso do 13º salário, o lançamento patrimonial ocorre mensalmente, enquanto a execução orçamentária ocorre somente no mês do pagamento. Já no pagamento mensal da folha de pagamento, a execução orçamentária e a variação patrimonial diminutiva costumam ocorrer no mesmo mês. Em um serviço de natureza continuada, contudo, é comum que seja



feito o empenho global já no primeiro mês, ocorrendo a execução orçamentária, ao passo que a VPD é lançada mensalmente, conforme seja reconhecida a prestação dos serviços.

Os casos acima demonstram que a execução orçamentária pode ocorrer antes, durante ou após o lançamento patrimonial, sendo estes independentes entre si.

**Gabarito: D**

### 17.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro contábil da receita pública no âmbito da atividade tributária deve ocorrer na etapa

- a) da previsão, uma vez que essa etapa é a base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
- b) do lançamento, uma vez que nessa etapa é verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- c) da execução da despesa, quando os recursos forem efetivamente consumidos.
- d) da arrecadação, uma vez que nessa etapa evita-se que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse sua arrecadação efetiva.
- e) do recolhimento, uma vez que nessa etapa ocorre a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

### Comentários

O enunciado trata do impacto no patrimônio e do registro contábil da receita, portanto, ele quer saber o momento do reconhecimento da receita sob a ótica patrimonial. Como vimos, as variações patrimoniais aumentativas devem ocorrer no momento da ocorrência do fato gerador, o qual, no caso das receitas tributárias, se dá **no momento do lançamento**, que é o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, sendo a letra B o gabarito da questão.

Cabe acrescentar que o reconhecimento da receita orçamentária é que ocorre no momento da arrecadação.

**Gabarito: B**

### 18.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o exercício financeiro abrange

- a) receitas projetadas.
- b) receitas empenhadas.
- c) faturamento previsto.
- d) despesas nele legalmente empenhadas.
- e) despesas orçadas.



## Comentários

Questão já bastante batida sobre o artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

*I - as receitas nêle arrecadadas;*

*II - as **despesas nêle legalmente empenhadas.***"

**Gabarito: D**

### 19.(FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal)

Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.

25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.

05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.

19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.

04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- b) 25/01/2019 e 04/03/2019.
- c) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- d) 19/02/2019 e 04/03/2019.
- e) 05/02/2019 e 05/02/2019.

## Comentários

Essa questão traz um tema que estudaremos com mais detalhes nas aulas sobre os procedimentos contábeis patrimoniais, mas vamos usá-la para reforçar o que vimos até aqui.

Primeiramente, na execução orçamentária, em qual momento se reconhece a despesa? No empenho, portanto, no dia 25/01/2019.

E o resultado patrimonial, quando será reconhecido? Quando houver a variação patrimonial diminutiva. Nesse caso, vamos avaliar as etapas...



05/02/2019 - Foram recebidas as mochilas, contabilizadas no ativo, e constituída uma obrigação de pagamento pelo mesmo valor no passivo. Não houve alteração no resultado patrimonial.

19/02/2019 - Houve uma redução no ativo em relação ao caixa utilizado para pagamento e uma redução concomitante no passivo em relação à baixa da obrigação paga. Não houve alteração no resultado patrimonial.

04/03/2019 - Houve a baixa no ativo em relação ao material distribuído, impactando negativamente o resultado patrimonial.

Portanto, o resultado patrimonial é impactado em 04/03/2019, sendo a alternativa correta a letra B.

Não se preocupe se teve dificuldades aqui, pois aprofundaremos esse tópico a partir da aula 10.

**Gabarito: B**

## 20. (FCC/2018/SEGEP MA/Analista Executivo - Contador)

Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.

28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.

O resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

- a) 23/02/2018 e 20/06/2017.
- b) 23/02/2018 e 23/02/2018.
- c) 28/02/2018 e 20/06/2017.
- d) 28/02/2018 e 30/10/2017.
- e) 23/02/2018 e 30/10/2017.



## Comentários

Mesmo caso da questão anterior, mas agora em relação à receita.

Em que momento se reconhece a receita na execução orçamentária? Na arrecadação, portanto, dia 23/02/2018.

Em que momento se reconhece a variação patrimonial aumentativa no resultado patrimonial? No lançamento, portanto, dia 20/06/2017.

## Gabarito: A

---



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

### Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



**17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?**

**18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?**

**19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?**

**20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?**

## Perguntas com respostas

**1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

**2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**

Patrimônio Público.

**3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

**4. O que abrange o RCPG?**

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

**5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



**6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**

Deve prevalecer a norma específica.

**7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

**8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

**9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

**10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

**11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

**12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**

Tempestividade.

**13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**

Verificabilidade.

**14. Quando uma informação é considerada material?**

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



**15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**

Arrecadação.

**16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**

Empenho.

**17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?**

Dizem respeito à execução orçamentária.

**18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?**

No momento da ocorrência do fato gerador.

**19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?**

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

**20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?**

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

### 1. (Consulpam/2015/CRESS PB/Contador)

A Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública, bem como do patrimônio público e suas variações. Portanto, seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000), a Contabilidade Pública alçou uma maior importância e valorização. Em relação à Contabilidade Pública, analise os itens a seguir:

I. A Contabilidade Pública é regulada pela Lei 4.320/1964, que é a Lei das Finanças Públicas.

II. A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF deu forma ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, definiu o que compõe o relatório e como se publica essa informação.

III. A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na administração pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei 6.404/76), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios da Contabilidade.

IV. O objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões dos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições.

Analisando os itens acima, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Todos os itens estão corretos.



## 2. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às

- a) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.
- b) empresas estatais não dependentes.
- c) empresas de economia mista.
- d) autarquias estaduais.
- e) organizações sociais de saúde.

## 3. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo "NBC", dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo "T", e profissionais, que recebem o primeiro sufixo "P".

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

- a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.
- b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.
- c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.
- d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).
- e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

## 4. (FCC/2019/TJ MA/Técnico em Contabilidade)

Os Relatórios de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), conforme a Estrutura Conceitual Básica, possibilita aos usuários avaliar

- a) a análise do patrimônio líquido econômico.
- b) a eficiência e eficácia dos serviços prestados.
- c) o retorno financeiro dos investidores.



- d) o superávit financeiro da entidade.
- e) o valor adicionado gerado pela sociedade.

## 5. (FCC/2018/SEGEP MA/Contador)

Em relação às características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil, considere:

- I. Ser uma pessoa jurídica de direito privado de forma que possa captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações e realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços.
- II. Ser uma entidade que capta recursos da sociedade ou em nome desta e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício dela.
- III. Existir usuários de serviços ou provedores de recursos dependentes de informações contidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- IV. Integrar o orçamento de investimentos na qualidade de empresa estatal não dependente nos últimos três exercícios financeiros.

De acordo com a NBC TSP (Estrutura Conceitual), são características-chave de entidade do setor público que reporta a informação contábil o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

## 6. (FCC/2017/DPE RS/Analista - Contabilidade)

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- a) as agências de classificação de risco.
- b) as agências reguladoras e supervisoras.
- c) as entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- d) as entidades de auditoria.
- e) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos



## 7. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade

- a) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.
- b) é sinônimo de consistência.
- c) é sinônimo de uniformidade.
- d) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- e) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

## 8. (FCC/2017/TRE PR/Analista Judiciário)

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a

- a) relevância.
- b) legalidade.
- c) materialidade.
- d) verificabilidade.
- e) tempestividade.

## 9. (FGV/2021/SEFAZ ES/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

De acordo com a Resolução CFC NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a opção que indica os usuários primários do relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

- a) As entidades de auditoria pública.
- b) As agências reguladoras e supervisoras.
- c) Os órgãos centrais de orçamento e controle.
- d) As entidades prestadoras de recursos e de fomento.
- e) Os cidadãos que recebem os serviços de entidades do setor público.



## 10.(Cebraspe/2022/DPE RO/Técnico em Contabilidade)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a neutralidade da informação contábil é uma condição que diz respeito à característica qualitativa da informação contábil denominada

- a) materialidade.
- b) consistência.
- c) representação fidedigna.
- d) compreensibilidade.
- e) relevância.

Regime Orçamentário X Regime Patrimonial

## 11.(Consulpam/2019/Prefeitura de Viana/Contador)

Sobre receita orçamentária, assinale a opção CORRETA:

- a) Pelo enfoque orçamentário, a receita orçamentária deve ser reconhecida pelo regime de caixa.
- b) Pelo enfoque patrimonial, a receita orçamentária deve ser registrada pelo regime de caixa.
- c) O tratamento da receita orçamentária e da despesa orçamentária devem ser reconhecidos pelo regime de competência.
- d) Pelo enfoque orçamentário, a receita orçamentária deve ser reconhecida pelo regime de competência.

## 12.(Consulpam/2015/SERCOMTEL/Contador)

Em se tratando das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor público, analise os seguintes itens sobre as principais mudanças e impactos trazidos com suas aplicações:

- I. Implantação da contabilização da receita por ingresso no Caixa, ou seja, só é contabilizado o que realmente entra nos erários.
- II. Implantação da contabilização da receita por competência. Surge a receita patrimonial, ou receita contábil. A receita orçamentária continua seguindo o regime de caixa na contabilidade aplicada ao setor público, mas a contabilidade deverá reconhecer a receita já no momento da ocorrência do seu fato gerador.



III. Implantação efetiva de uma contabilidade de custos - a Lei de Responsabilidade Fiscal já determinava a implantação de uma contabilidade de custos, mas faltava dizer como fazer.

IV. Implantação da Reavaliação periódica dos ativos.

Em relação aos itens acima é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas o item I está incorreto.
- b) Apenas o item II está incorreto.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Apenas o item IV está incorreto.

### 13.(FGV/2021/TCE-AM/Auditor Técnico de Controle Externo)

Para fins de controle da execução orçamentária, o registro de receitas e despesas segue os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Esses dispositivos orientam que:

- a) despesas que não cumprem todos os estágios de execução são anuladas ao final do exercício;
- b) o empenho de despesa depende da ocorrência do fato gerador;
- c) o regime de reconhecimento da receita é mais restritivo do que o da despesa;
- d) receitas e despesas são reconhecidas com base no mesmo regime;
- e) receitas lançadas e não arrecadadas são incorporadas na estimativa do exercício seguinte.

### 14.(FGV/2017/IBGE/Analista - Orçamento e Finanças)

As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00



A partir das informações do Quadro, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

### 15.(FGV/2016/Prefeitura de Cuiabá/Auditor Fiscal)

Uma prefeitura apresentava os seguintes saldos em 31/12/2015 (em milhares de reais), referentes ao ano de 2015:

Receita Arrecadada .....	R\$ 12.000,00
Receita Prevista .....	R\$ 14.000,00
Despesa Fixada.....	R\$ 8.500,00
Despesa Empenhada .....	R\$ 8.000,00
Despesa Paga.....	R\$ 5.000,00
Despesa Liquidada.....	R\$ 7.500,00

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado da execução orçamentária, em 31/12/2015, é de

- a) R\$ 4.000,00.
- b) R\$ 4.500,00.
- c) R\$ 5.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.
- e) R\$ 6.500,00.

### 16.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)

Acerca da relação entre passivo exigível (visão patrimonial) e as etapas da execução orçamentária (visão orçamentária), é correto afirmar que o registro da obrigação patrimonial deve ocorrer

- a) antes da execução orçamentária.
- b) concomitantemente com a execução orçamentária.
- c) depois da execução orçamentária.



- d) independentemente da execução orçamentária.
- e) depois da prestação de contas da execução orçamentária.

### **17.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)**

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro contábil da receita pública no âmbito da atividade tributária deve ocorrer na etapa

- a) da previsão, uma vez que essa etapa é a base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
- b) do lançamento, uma vez que nessa etapa é verificada a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- c) da execução da despesa, quando os recursos forem efetivamente consumidos.
- d) da arrecadação, uma vez que nessa etapa evita-se que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse sua arrecadação efetiva.
- e) do recolhimento, uma vez que nessa etapa ocorre a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

### **18.(Cebraspe/2022/DPE RO/Analista - Contabilidade)**

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o exercício financeiro abrange

- a) receitas projetadas.
- b) receitas empenhadas.
- c) faturamento previsto.
- d) despesas nele legalmente empenhadas.
- e) despesas orçadas.

### **19.(FCC/2019/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal)**

Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.

25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.

05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.

19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.



04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- b) 25/01/2019 e 04/03/2019.
- c) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- d) 19/02/2019 e 04/03/2019.
- e) 05/02/2019 e 05/02/2019.

## 20. (FCC/2018/SEGEP MA/Analista Executivo - Contador)

Considere as informações abaixo referentes a um crédito não tributário decorrente da prestação de serviços realizada por um ente público e que foi inscrito em dívida ativa:

20/06/2017: lançamento da receita de prestação de serviços.

30/10/2017: inscrição do crédito não tributário, referente à prestação de serviços, em dívida ativa.

23/02/2018: arrecadação do valor do crédito não tributário inscrito em dívida ativa por meio da rede bancária credenciada para o recebimento.

28/02/2018: recolhimento da receita referente ao crédito não tributário inscrito em dívida ativa para a conta específica do Tesouro.

O resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial do ente público foram impactados, respectivamente, em

- a) 23/02/2018 e 20/06/2017.
- b) 23/02/2018 e 23/02/2018.
- c) 28/02/2018 e 20/06/2017.
- d) 28/02/2018 e 30/10/2017.
- e) 23/02/2018 e 30/10/2017.



## GABARITO



- |      |      |
|------|------|
| 1. C | 11.A |
| 2. D | 12.A |
| 3. C | 13.C |
| 4. B | 14.C |
| 5. C | 15.A |
| 6. E | 16.D |
| 7. D | 17.B |
| 8. C | 18.D |
| 9. E | 19.B |
| 10.C | 20.A |



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.